



Pauta do dia inclui guerra fiscal e dívidas dos estados



Jefferson Rudy/Agência Senado

Propostas deveriam ter sido votadas na semana passada, mas foram adiadas depois de audiência com ministro da Fazenda no Senado

Projetos do pacto federativo, que afetam o caixa dos estados, tramitam no Senado com regime de urgência e podem ser votados hoje no Plenário. Outro texto que também deverá ser analisado hoje pelos senadores é o que estabelece o Marco Legal da Biodiversidade, que tem como objetivo facilitar a exploração do patrimônio genético do Brasil e, ao mesmo tempo, combater a biopirataria. **2**

Plenário do Senado durante sessão de votações: senadores deverão apreciar hoje proposta que trata do novo indexador da dívida dos estados com a União

Senado retoma discussões sobre MPs do ajuste fiscal

Uma série de audiências públicas será realizada esta semana sobre as duas medidas provisórias que alteram regras em benefícios trabalhistas e previdenciários. Hoje os ministros do Trabalho, Manoel Dias, e da Previdência Social, Carlos Gabas, estarão na Comissão de Assuntos Econômicos. Outros cinco debates serão feitos, no decorrer da semana, pelas comissões mistas que analisam as duas MPs. **3**

Ministro fala hoje sobre ações do governo para ciência e tecnologia **3**

Maioridade penal pode ter novo capítulo

Senadores se preparam para discutir mais uma vez a redução da maioria penal. Uma nova proposta foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e pode ser debatida no Senado, que, em 2014, rejeitou a PEC 33, que tratava do tema. **6**

Proposta de Aloysio Nunes (1º à dir.) sobre o assunto foi rejeitada no ano passado



Gerardo Magela/Agência Senado

especial
Cidadania

O perigo dos alimentos ultraprocessados para a saúde

Um guia recém-lançado pelo Ministério da Saúde ensina que, em vez de se preocupar com as calorias, as pessoas devem verificar o grau de industrialização dos alimentos. O processamento pode acabar com a qualidade nutricional do produto. Assim, os nuggets congelados que são vendidos no supermercado não se comparam, em termos de benefícios para a saúde, ao peixe que é comprado na feira e preparado em casa. **4 e 5**



Não importa o teor calórico, a comida natural é mais benéfica para a saúde que a industrializada

Fundo para educação básica será debatido **7**

Projeto disciplina taxa por alteração de voo **7**

Comissão sabatina dois diplomatas **8**

AGORA É LEI
Lei 13.002/2014



O teste da linguinha nos recém-nascidos agora é obrigatório nas maternidades de todo o país.

Com ele o médico vai determinar se a criança tem língua presa, o que pode prejudicar a fala e a amamentação.

O teste é mais uma conquista para uma saúde pública eficiente e um futuro mais seguro para as nossas crianças.

Saiba mais em:
www.senado.leg.br/agoraLei



Convalidação dos incentivos concedidos por governos estaduais a empresas, alívio para a dívida dos estados e municípios e novas regras para pesquisa e exploração da fauna e flora podem ser votados hoje

Jefferson Rudy/Agência Senado



Carreira de Estado para engenheiros, arquitetos e agrônomos do serviço público também pode ser votada em Plenário

Pauta tem pacto federativo e Marco da Biodiversidade

OS PROJETOS QUE tratam do novo indexador das dívidas dos estados e municípios e da convalidação de incentivos fiscais concedidos por estados a empresas estão na pauta de votações de hoje do Plenário. As propostas seriam votadas na semana passada, mas a análise foi adiada após audiência da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) com o ministro da Fazenda, Joaquim Levy. Os textos tramitam em regime de urgência, assim como o Marco Legal da Biodiversidade, que também poderá ser votado hoje.

A votação dos projetos relacionados ao pacto federativo já foi adiada duas vezes e o principal motivo é o ajuste fiscal. A preocupação do governo federal é com a diminuição de arrecadação em decorrência do novo indexador das dívidas das administrações estaduais e municipais. A mudança, segundo o Ministério da Fazenda, poderia gerar uma perda de R\$ 3 bilhões à União neste ano.

A mudança no indexador das dívidas era uma reivindicação antiga de governadores e prefeitos. O texto que altera o indexador virou lei em 2014 (Lei Complementar 148/2014), mas não foi regulamentado pelo governo. O projeto que está na pauta do Plenário (PLC 15/2015 — Complementar) determina que a renegociação das dívidas com a União independe de regulamentação. Também dá prazo de 30 dias para que o governo federal assine com os estados e municípios os aditivos contratuais.

Com isso, haverá a substituição do atual indexador, o Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna (IGP-DI), pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Além disso, os juros serão

reduzidos dos atuais 6% a 9% ao ano para 4% ao ano.

Quando a fórmula IPCA mais 4% ao ano for maior que a variação acumulada da Selic, a própria taxa básica de juros será o indexador. Isso evita que a soma dos encargos fique muito acima dos juros vigentes no mercado.

O outro projeto do pacto federativo que tramita em regime de urgência é o PLS 130/2014, que promove a convalidação de incentivos fiscais concedidos por estados a empresas. Na última semana, os senadores decidiram mudar a ordem de votações na pauta do Plenário. O texto, que era o terceiro item previsto, agora é o primeiro.

A convalidação significa tornar regulares benefícios fiscais que as unidades da Federação concedem a empresas para que estas se estabeleçam nos estados. Muitos desses benefícios foram oferecidos em desacordo com as normas atuais, que os senadores consideram muito rígidas.

Para que um estado possa conceder benefícios fiscais a empresas, é necessário obter unanimidade entre todas as unidades da Federação no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Senadores dizem que essa regra beneficia estados como São Paulo e Rio de Janeiro, que são mais atraentes para empresas e podem vetar sozinho os incentivos promovidos pelos outros.

Patrimônio genético

Também na pauta do Plenário está o projeto que institui o novo Marco Legal da Biodiversidade (PLC 2/2015). A nova lei visa facilitar as pesquisas com o patrimônio genético do país, estimular a

fabricação de produtos oriundos do conhecimento gerado por essa pesquisa e ampliar a compensação às comunidades tradicionais e indígenas, que detêm o conhecimento sobre a utilização de plantas e animais nativos.

Se os senadores alterarem a proposta, que tramita com urgência constitucional, ela deverá voltar para análise da Câmara dos Deputados. Se for aprovada sem modificação ou apenas com emendas de redação, seguirá para sanção presidencial.

Reforma política

Também continuam na pauta do Plenário projetos da reforma política. Entre eles, dois textos que tratam do financiamento das campanhas eleitorais.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 268/2011, do ex-senador José Sarney, estabelece o financiamento público exclusivo para campanhas eleitorais.

Já o PLS 60/2012, de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), proíbe doações de empresas em dinheiro, ou por meio de publicidade, a candidatos e partidos políticos.

Um terceiro projeto, o PLS 601/2011, do ex-senador e atual governador de Mato Grosso, Pedro Taques, exige a divulgação das receitas e despesas das campanhas.

Constam ainda na pauta o PLS 279/2012, que reduz para 60 anos a idade mínima para o recebimento do benefício de prestação continuada (BPC), e o PLC 13/2013, que prevê o reconhecimento das carreiras de engenheiros, arquitetos e agrônomos do serviço público como essenciais e exclusivas de Estado.

Collor aponta dificuldades de Alagoas e pede novo indexador de dívidas dos estados

Fernando Collor (PTB-AL) afirmou ontem que a crise econômica atinge o país como um todo, mas especialmente o Nordeste e os estados mais carentes e com menor possibilidade de investimentos, como Alagoas.

Para reduzir os impactos da crise, o senador considera fundamental e urgente a aplicação da lei que muda o indexador das dívidas dos estados e municípios. Essa lei foi sancionada em novembro, mas o governo adiou a mudança por causa do ajuste fiscal.



Waldemir Brito/Agência Senado

Collor afirmou que hoje estados e municípios têm que usar grande parte das receitas para pagar as parcelas mensais, ficando sem recursos para investimentos locais e citou os números de Alagoas.

— O estado paga à União mais de R\$ 50 milhões do chamado serviço da dívida pública, cujo total é superior a R\$ 9 bilhões. Ao mudar o indexador, a nova previsão legal aliviaria a situação fiscal de todos os entes federados, inclusive Alagoas e seus municípios — disse.

Gleisi protesta contra o fim da isenção do ICMS de 95 mil produtos no Paraná

Gleisi Hoffmann (PT-PR) reclamou da situação do Paraná, que, afirmou, continua caótica. Ela informou que, na semana passada, entrou em vigor uma lei estadual que acabou com a isenção e a redução do ICMS sobre diversos produtos que estavam em vigor desde 2009.

A senadora explicou que a medida provocará o aumento do preço de mais de 95 mil produtos de consumo popular. Serão afetados alimentos, produtos de higiene pessoal, material escolar, roupas, calça-



Waldemir Brito/Agência Senado

dos, eletrodomésticos, automóveis e gás de cozinha, por exemplo.

— O aumento do ICMS seguramente será repassado aos preços e terá impacto

significativo no bolso dos paranaenses. Fala-se na redução de 800 milhões [de reais] no poder de compra da população em um ano. O peso do tributo estadual em itens como roupas, artigos de higiene pessoal, móveis e eletrodomésticos aumentou 50%. As empresas não têm como absorver essa alta do imposto — afirmou.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- PLENÁRIO Biodiversidade**
14h Entre os itens da pauta, o Marco Legal da Biodiversidade e projetos sobre o novo indexador das dívidas dos estados e municípios.
- PRESIDÊNCIA Ordem do dia**
16h Renan Calheiros preside a ordem do dia da sessão plenária.
- CCT Aldo Rebelo**
9h A comissão realiza audiência com o ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aldo Rebelo.
- CMA Requerimentos**
9h Reunião da Comissão de Meio Ambiente com o objetivo de apreciar requerimentos.
- MP 661/2014 Relatório**
9h30 Análise do relatório sobre a medida provisória que autoriza a União a conceder crédito ao BNDES.
- CAE Trabalho e Previdência**
10h Audiência com Manoel Dias e Carlos Gabas sobre MPs que restringem direitos previdenciários e trabalhistas.

- CE Concessão de bolsas**
11h A comissão analisa concessão de bolsa aos dependentes do trabalhador para formação técnico-profissional.
- CPI DAS PRÓTESES Reunião de trabalho**
14h30 A comissão parlamentar que investiga fraudes envolvendo próteses médicas tem reunião de trabalho.
- CRE Atividades de inteligência**
14h30 Escolha de membro para a Comissão de Controle das Atividades de Inteligência. Após, analisa embaixadores.
- MP 664/2014 Pensão por morte**
14h30 Audiência para instruir a MP 664/2014, que muda a concessão da pensão por morte e auxílio-doença.
- MP 665/2014 Benefícios trabalhistas**
14h30 Audiência pública para instruir a MP 665/2014, que altera regras para pagamento de benefícios trabalhistas.
- CMO Vice-presidentes**
18h Reunião para eleger os vice-presidentes da comissão para o ano de 2015.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Encontro na Comissão de Assuntos Econômicos inicia semana de debates sobre as duas medidas provisórias que mudam regras em benefícios trabalhistas e previdenciários

Ministros discutem hoje MPs do ajuste fiscal

ATÉ QUINTA-FEIRA UMA série de debates vai analisar as alterações propostas pelo governo nos benefícios de pensão por morte (MP 664/2014) e de seguro-desemprego (MP 665/2014). O primeiro está marcado para as 10h de hoje na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que ouvirá os ministros do Trabalho, Manoel Dias, e da Previdência Social, Carlos Gabas.

Outras cinco audiências públicas serão feitas pelas comissões mistas encarregadas de analisar as duas MPs (ver quadro abaixo). A última será conjunta das duas comissões na quinta-feira e deverá contar com cinco ministros (Planejamento, Secretaria-Geral da Presidência, Pesca, Trabalho e Previdência). As medidas provisórias fazem alterações importantes nos benefícios. Conheça algumas delas.

Pensão por morte

Haverá carência mínima de dois anos de contribuições para obter o benefício, salvo nos casos em que o segurado estiver recebendo auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez.

Tanto o empregado celetista (regido pela Consolidação das Leis do Traba-

EXPECTATIVA DE SOBREVIDA DO CÔNJUGE	DURAÇÃO DO BENEFÍCIO EM ANOS
Mais que 55 anos	3 anos
Entre 50 e 55 anos	6 anos
Entre 45 e 50 anos	9 anos
Entre 40 e 45 anos	12 anos
Entre 35 e 40 anos	15 anos
Menos que 35 anos	Vitalícia

Fonte: MP 664/2014

lho — CLT — Decreto-Lei 5.452/1943) quanto o servidor público só deixará pensão para o cônjuge se o casamento ou união estável tiver no mínimo dois anos anteriores à data do óbito.

A duração do benefício dependerá da expectativa de sobrevivência do cônjuge (ver tabela acima). Se a expectativa de sobrevivência (calculada anualmente pelo IBGE) estiver entre 50 e 55 anos, a pensão será recebida por mais seis anos apenas. Benefícios vitalícios serão pagos apenas a cônjuges com sobrevivência estimada de até 35 anos.

O valor da pensão, no caso dos celetistas, cai de 100% para 50% do benefício mais 10% por dependente.

Os filhos que se tornem órfãos de pai e mãe contarão com acréscimo de 10% no valor da pensão por morte, rateado entre todos os filhos. O dependente condenado por homicídio doloso que tenha resultado na morte do segurado perde direito a pensão. As regras começaram a valer em março.

Seguro-desemprego

Também começaram a valer as novas regras para o seguro-desemprego. Hoje o trabalhador recebe seguro comprovando apenas 6 meses de trabalho com carteira assinada. Agora, serão necessários 18 meses apurados nos últimos 24 meses.

Na segunda solicitação, a carência será de 12 meses e somente a partir da terceira é que a carência volta para 6 meses. Com a mudança, o trabalhador vai receber quatro parcelas do seguro se tiver trabalhado entre 18 e 23 meses e cinco parcelas, a partir de 24 meses.

Abono salarial

Os contribuintes do PIS-Pasep têm direito a um salário mínimo se comprovarem ter recebido até dois salários no ano anterior. Agora, ele terá

que comprovar carteira assinada por pelo menos seis meses ininterruptos. O valor do benefício também será proporcional ao tempo trabalhado. As novas regras só valem para o abono que será pago a partir de 2016.

Auxílio-doença

O valor do auxílio-doença será limitado à média da soma dos 12 últimos salários de contribuição para evitar que o valor do benefício fique acima do último salário que o segurado recebia.

O prazo para ter direito ao auxílio-doença, pago pelo INSS, subiu de 15 para 30 dias. Os afastamentos de até 30 dias serão de responsabilidade das empresas. As alterações para o auxílio-doença vigoram desde março.

Seguro-defeso

Será impedido o acúmulo de benefícios com o seguro. O valor de um salário mínimo é pago aos pescadores para que suspendam as atividades durante o período reprodutivo de certas espécies de peixes.

A comprovação do tempo de atividade sobe de um para três anos, com pelo menos um ano de contribuição.

Veja a programação de debates

HOJE, ÀS 10h	HOJE, ÀS 14h30	AMANHÃ, ÀS 14h30	QUINTA, ÀS 9h30
CAE Plenário 19 da Ala Alexandre Costa. Convidados: ■ Ministros da Previdência, Carlos Gabas; e do Trabalho, Manoel Dias	MP 664/2014 Plenário 6 da Ala Nilo Coelho. Convidados: ■ Kaizô Iwakami, professor da FGV ■ Diana Sawyer, coordenadora do Centro Internacional de Políticas para Crescimento Inclusivo ■ Ana Amélia Camarano, pesquisadora do Ipea ■ Clemente Ganz Lúcio, diretor técnico do Dieese ■ Representante do Diap	MP 665/2014 Plenário 2 da Ala Nilo Coelho. Convidados: ■ Central Única dos Trabalhadores ■ Força Sindical ■ Central dos Sindicatos Brasileiros ■ Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil ■ Nova Central Sindical de Trabalhadores ■ União Geral dos Trabalhadores ■ Contag ■ Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Aéreos, na Pesca e nos Portos ■ Confederação dos Pescadores e Aquicultores Artesanais ■ Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho ■ Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho ■ Ministério Público do Trabalho	MP 664/2014 Plenário 2 da Ala Nilo Coelho. Convidados: ■ Central Única dos Trabalhadores ■ Força Sindical ■ Central dos Sindicatos Brasileiros ■ Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil ■ Nova Central Sindical de Trabalhadores ■ União Geral dos Trabalhadores ■ Contag ■ Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Aéreos, na Pesca e nos Portos ■ Confederação dos Pescadores e Aquicultores Artesanais ■ Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil ■ Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos
		MP 665/2014 Plenário 6 da Ala Nilo Coelho. Convidados: ■ Marcio Pochmann, pesquisador da Unicamp ■ Hélio Zylberstajn, professor da USP ■ João Sabaio, professor da UFRJ ■ Clemente Ganz Lúcio, diretor técnico do Dieese ■ Representante do Diap	MPs 664 e 665/2014 Audiência no plenário 6 da Ala Nilo Coelho, no Senado. Convidados: ■ Ministros do Planejamento, Nelson Barbosa; da Previdência, Carlos Gabas; do Trabalho, Manoel Dias; da Secretaria-Geral da Presidência, Miguel Rossetto; da Pesca, Helder Barbalho

Medida que beneficia caminhoneiros deve ser votada

Está prevista para hoje a votação que vai permitir aos caminhoneiros o refinanciamento em até 12 vezes de compra e de arrendamento de veículos feitos até o final de 2014. O refinanciamento é parte do acordo estabelecido entre governo e representantes da categoria para pôr fim à greve da categoria — que acabou no dia 3 de março.

A votação do relatório do deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG) à Medida Provisória (MP) 661/2014 pela comissão mista que analisa a proposta foi adiada devido a um pedido de vista do deputado Pauderney Avelino (DEM-AM) na semana passada.

Quintão atendeu um pedido dos caminhoneiros.

— Este é um pedido deles, ou ameaçam entrar em greve de novo. Houve um esforço

para ter o acordo e votar — disse o deputado.

O refinanciamento previsto fica restrito às compras e arrendamentos feitos por caminhoneiros, microempresários e microempresas do transporte de cargas com renda anual de até R\$ 2,4 milhões até o fim de 2014. Esses eram os requisitos para a concessão do BNDES Procaminhoneiro, linha de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Com a mudança, a aquisição poderá ser refinanciada em até 12 vezes, com a solicitação sendo formalizada até o fim deste ano. O Ministério da Fazenda ficou de definir as regras, como a equalização da taxa de juros.

A MP 661/2014 também muda a lei que autoriza a concessão de incentivo ao BNDES

para aquisição e produção de bens de capital. Pela proposta, o Tesouro fica autorizado a conceder um empréstimo de R\$ 30 bilhões ao banco.

Superávit

A medida também prevê o uso do superávit financeiro para cobrir as despesas primárias obrigatórias, como o pagamento de servidores e de benefícios da Previdência. A lei atual autoriza o uso desse superávit apenas para o pagamento da dívida pública.

Depois de votada pela comissão, a MP segue para os Plenários da Câmara e do Senado. Se não for alterada no Senado, segue para sanção da presidente Dilma. Caso sofra mudanças, retorna à Câmara.

O prazo limite para a apreciação da MP é 13 de maio, ou ela perderá a validade.

Titular da Ciência e Tecnologia fala em audiência

O ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aldo Rebelo, virá ao Senado hoje para expor a agenda e as prioridades da pasta para os próximos dois anos. A apresentação foi requerida por Cristovam Buarque (PDT-DF), presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

Para o senador, o setor de ciência, tecnologia e inovação é primordial para desenvolver a indústria e a economia. É necessário, na opinião dele, observar os cortes no ministério, que prejudicam a execução de projetos e políticas.

Recentemente, lembrou Cristovam, o Congresso promulgou a Emenda Constitucional 85/2015, permitindo “atualizar o tratamento das



Marcos Oliveira/Agência Senado

Aldo Rebelo deve apresentar planos e diretrizes da pasta para 2015

atividades de ciência, tecnologia e inovação.” Para o senador, a mudança foi um dos mais relevantes passos em prol do setor, criando as condições para que o Estado cumpra melhor o papel no campo do desenvolvimento tecnológico.

Deve ser comentado o Projeto de Lei do Senado 619/2011, que institui o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, de autoria do senador licenciado Eduardo Braga (PMDB-AM), atual ministro de Minas e Energia.

A reunião será na sala 7 da Ala Alexandre Costa.

Proposta de redução da maioria penal pode voltar ao debate no Senado

Dois textos que mudam a Constituição estão em análise no Congresso. Na Câmara, inclusão de menores de 16 anos na lei penal avança

A APROVAÇÃO NA semana passada, pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJC), de proposta que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos pode levar à retomada do debate feito no Senado no ano passado. Diferentemente da Câmara, que decidiu pela admissibilidade da proposta (PEC 171/1993), no Senado a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) rejeitou mudanças nesse limite.

Para Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), autor da PEC examinada pelo Senado (PEC 33/2012), o debate provocado pela votação na Câmara pode favorecer a proposta dele, que não reduz a maioria de maneira geral, mas abre a possibilidade de jovens de 16 a 18 anos serem processados como adultos.

Apesar de ter sido rejeitada na CCJ, a PEC 33 ainda pode ser aprovada, já que Aloysio e outros senadores apresentaram recurso para a votação em Plenário. Agora a proposta depende de inclusão na ordem do dia.

— Com o ímpeto que a proposta da Câmara pode ganhar, é possível que se tente buscar um caminho do meio, que é a minha proposta — avalia Aloysio, que diz aguardar o posicionamento do presidente

do Senado, Renan Calheiros, a respeito do assunto.

Embora ambas tratem da possibilidade de punir menores de 18 anos nos termos da lei penal, as propostas em exame na Câmara e no Senado são diferentes. A PEC 171, do ex-deputado federal Benedito Domingos, altera o artigo 228 da Constituição para determinar que “são penalmente inimputáveis os menores de 16 anos”. Ou seja, a princípio, todo jovem a partir dos 16 anos ficaria sujeito à lei penal, e não mais ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Já a PEC 33, de Aloysio, permite a aplicação da lei penal a jovens de 16 a 18 anos ape-

nas em situações específicas, criando uma hipótese chamada de “incidente de desconsideração de inimputabilidade”, que só poderia ser proposto pelo Ministério Público em caso de crimes hediondos ou reincidência múltipla em lesão corporal grave e roubo qualificado.

A aceitação ou não da desconsideração caberia a juiz especializado em infância e adolescência e dependeria ainda de laudo técnico atestando a capacidade do menor de compreender o caráter criminoso da conduta.

— A PEC da Câmara reduz a maioria de maneira incondicional, para qualquer

delito e qualquer réu — explica Aloysio Nunes.

Rejeição

A PEC 33 foi rejeitada na CCJ por 11 votos a 8, após intenso debate. Senadores contrários à mudança lembraram que os menores, a partir de 12 anos, já estão sujeitos a punições previstas no ECA.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), contrário à redução, avalia que a aprovação na Câmara é reflexo de um Congresso Nacional mais conservador após as eleições de outubro passado.

— Conservador, fundamentalista e midiático. É esse o retrato — disse o senador.



Senador apresentou PEC para reorganizar a segurança pública

Lindbergh lamenta violência contra jovens brasileiros

Lindbergh Farias (PT-RJ) disse que existe no Brasil um verdadeiro genocídio da juventude que precisa ser combatido. A aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 51/2013, que remodela a estrutura da segurança pública do país, é um caminho, afirmou.

A PEC, apresentada pelo senador, trata entre outras coisas, da desmilitarização das polícias e defende a carreira única na polícia. Ele também considera importante que a segurança pública atue ao lado de políticas públicas nas áreas de educação, saúde e de promoção de cultura e esporte para os jovens.

Segundo dados citados pelo senador, em 2013 2.212 pessoas foram mortas pela polícia no Brasil. Já nos Estados Unidos, foram 409. Ele também chamou a atenção para a situação em comunidades outrora pacificadas no Rio de Janeiro.

Citou o exemplo ocorrido semana passada no Complexo do Alemão, onde uma criança de 10 anos levou um tiro na porta da casa. A suspeita é que a bala teria sido disparada por um policial, disse, acrescentando que as unidades de polícia pacificadora (UPPs) já não funcionam mais tão bem assim:

— Nós estamos mergulhando num profundo retrocesso e não aproveitamos aquela energia que era uma energia que juntava o povo do Rio, dizendo que dessa vez vai dar certo, para fazer uma reforma mais profunda na polícia. E hoje, infelizmente a gente enfrenta um problema muito difícil nas comunidades.



Com mudança na legislação, jovens poderão ser punidos como adultos por crimes como homicídio e tráfico de drogas

Procuradoria da Mulher discute ações para inserção feminina no esporte

A Procuradoria Especial da Mulher no Senado realiza, na quinta-feira, audiência pública com o tema “Mulher, esporte e movimento”. O debate faz parte do Projeto Pautas Femininas e contará com a participação do público.

A procuradoria tem como missão zelar, fiscalizar, controlar e incentivar os direitos da mulher, criando mecanismos de empoderamento, especialmente, em situações de desigualdade de gênero.

Foram convidados para o

debate a deputada federal Flávia Moraes (PDT-GO); a coordenadora-geral de Futebol Profissional do Ministério do Esporte, Michael Jackson; a

assessora de Gestão Estratégica e Projetos da Secretaria do Esporte e Lazer do DF, Karem Raren Vilarins; e o presidente da Associação Fifa-Cies-FGV-

-Alumni, Marco Antonio Teixeira.

A audiência, que terá participação interativa, começa às 10h.



Participação das mulheres no esporte será tema do Projeto Pautas Femininas

MULHER, ESPORTE E MOVIMENTO
QUINTA-FEIRA, às 10h

- ▶ **Envie sua pergunta ou sugestão:**
• <http://bit.ly/audienciainterativa>
• Alô Senado: 0800 612211
- ▶ **Portal e Cidadania:**
www.senado.leg.br/ecidadania
- ▶ **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal)
- ▶ **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
- ▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
Sérgio Petecão, João Alberto,
Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Silvío Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Denúncias feitas pela televisão mostram que funcionários do Ministério da Saúde supostamente estariam oferecendo benefícios ao governo cubano. Programa já levou 14 mil médicos ao interior

Ministro falará sobre Programa Mais Médicos

O MINISTRO DA Saúde, Arthur Chioro, participará de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) amanhã, a partir das 9h. Além de apresentar as prioridades e os principais problemas enfrentados pela pasta, o ministro deve esclarecer denúncias recentes feitas contra o Programa Mais Médicos.

Reportagem da TV Band mostrou uma reunião em que representantes da Organização Pan-Americana da Saúde e do ministério supostamente combinavam favorecimentos ao governo cubano.

O programa foi criado em 2013 pelo governo Dilma para levar médicos a regiões carentes e distantes dos grandes centros urbanos, pouco



Ministro Chioro (C) também apresentará prioridades da pasta para senadores

atrativas para os brasileiros.

Segundo o Ministério da Saúde, o Brasil tem hoje 1,8 médico por mil habitantes, índice menor que o da Argentina (3,2) e de Portugal (3,9), e possui distribuição desigual entre os estados. Desde que foi criado, o programa levou mais de 14 mil profissionais a 3.785 municípios com sérios

problemas na área de saúde.

Entre os médicos estrangeiros, a maioria veio de Cuba, por meio de convênio que tem sido alvo de questionamento por senadores da oposição.

O ministro virá de forma espontânea à comissão. Antes de ouvi-lo, os parlamentares farão uma reunião deliberativa, com seis itens na pauta.

CPI das Próteses analisa plano de trabalho em encontro hoje

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Próteses fará hoje a segunda reunião.

O relator da CPI, senador Humberto Costa (PT-PE), deve apresentar o plano de trabalho da comissão, instalada na semana passada.

As irregularidades, constatadas em todo o país, consistem no superfaturamento de próteses e órteses — aparelhos externos usados para imobilizar ou auxiliar os movimentos dos membros ou da coluna.

Também existem denúncias do recebimento de comissões pelos médicos, que muitas vezes realizam o procedimento sem necessidade. Há, ainda, relatos sobre o uso de material vencido e em quantidade acima da necessária.

Na primeira reunião da CPI, realizada na terça-feira da semana passada,

os senadores da comissão elegeram como presidente o senador Magno Malta (PR-ES). O vice-presidente eleito para o colegiado foi o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

Também fazem parte da comissão parlamentar de inquérito os senadores Romário (PSB-RJ), Romero Jucá (PMDB-RR), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Paulo Paim (PT-RS). O encontro será no Plenário 15 da Ala Alexandre Costa, às 14h30.



Caberá a Humberto Costa, relator da CPI, a apresentação do plano

Comissão vai discutir regras do fundo da educação básica

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) promove amanhã audiência pública sobre o financiamento da educação básica no Brasil. A iniciativa é da senadora Fátima Bezerra (PT-RN), que propôs um ciclo de debates sobre a questão, tendo como primeiro subtema “Fundeb: reformulações necessárias, perspectivas de prorrogação e desafios a vencer”.

Participam da audiência o vice-presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, Aléssio Costa Lima; o presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca), José

Marcelino Rezende Pinto; o presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação, Eduardo Deschamps; e a consultora da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Mariza Abreu, além de um representante do Ministério da Educação.

Reformulação

Fátima Bezerra argumenta que o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) tem vigência até o ano de 2020. Faltam, portanto, cinco anos para que novas regras de financiamento da educação básica sejam

definidas.

— Trata-se de tema bastante complexo. Em primeiro lugar, porque envolve a manutenção de uma das áreas mais sensíveis no conjunto das políticas públicas: a educação básica. Em segundo, porque tem profundas implicações nas repartições de receitas entre os diversos entes da Federação. E, por último, porque se trata de discussão que deve ocorrer no âmbito de uma reforma constitucional, uma vez que o tema está constitucionalizado — explicou a senadora no requerimento.

A audiência terá início às 10h, na sala 15 da Ala Alexandre Costa.

Fátima elogia escolha de novo ministro da Educação

Fátima Bezerra (PT-RN) elogiou a escolha do professor Renato Janine Ribeiro para o Ministério da Educação.

A senadora afirmou que a maior prioridade da presidente Dilma no segundo mandato é a educação, elogiou o aumento do número de universidades e escolas técnicas no Nordeste e destacou a importância dos recursos do pré-sal para a educação. Segundo ela,



pacto federativo pela educação, mudança curricular do ensino médio, melhor qualificação e remuneração dos profissionais de

ensino e integração entre tecnologia e aprendizado estão entre os eixos principais do ministério.

— Com certeza, caminharemos para termos uma nação desenvolvida, onde os cidadãos e cidadãs tenham acesso ao conhecimento.

Senadores votarão projeto que disciplina taxa por alteração de voo

Questões relativas a transporte dominam a pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na quarta-feira. Além da votação final de Projeto de Lei do Senado (PLS) 757/2011, que limita cobrança de taxa por alteração em voo, o colegiado examina Projeto de Lei da Câmara (PLC) 60/2013, que facilita a identificação do condutor de veículo envolvido em acidente, e o PLC 14/2014, que determina a iluminação de faixas de pedestres.

O PLS 757/2011 autoriza a empresa aérea a cobrar taxa de serviço pela alteração, mas limitada a 5% da tarifa paga para os pedidos feitos, no mínimo, com cinco dias de antecedência da data da viagem, ou a 10% nos demais casos. A regra, a ser incluída no Código Brasileiro de Aeronáutica, foi sugerida por Aloysio Nunes (PSDB-SP), que apresentou três emendas ao projeto, acolhidas pelo relator, Sérgio Petecão (PSD-AC). Como será votado terminativamente na CCJ, o PLS poderá ir direto



Texto beneficia consumidor ao limitar cobrança de taxa por alteração em voo pelas empresas aéreas

para a Câmara se não houver recurso para exame pelo Plenário do Senado.

Principal condutor

O PLC 60/2013 insere a figura do principal condutor no Código de Trânsito Brasileiro e dá ao proprietário do veículo a possibilidade de cadastrar outra pessoa como usuário frequente, que poderia, assim, ser eventualmente

responsabilizado por acidentes de trânsito. Substituto de José Pimentel (PT-CE) fez ajustes na proposta. Estabeleceu que, em caso de venda do veículo, o principal condutor terá seu nome automaticamente desvinculado do Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam). Outra mudança foi determinar a identificação do principal condutor no próprio Renavam,

que é um sistema virtual, e não no documento do veículo.

Como o PLC 60/2013 foi alterado por substitutivo, deverá passar por turno suplementar de votação antes de seguir a tramitação.

Iluminação de faixas

O PLC 14/2014 responsabiliza a precária iluminação das ruas e a consequente redução na visibilidade dos motoristas pelo maior número de atropelamentos no trânsito. Emenda do relator, Marcelo Crivella (PRB-RJ), delega ao Conselho Nacional de Trânsito (Contran) a fixação de condições mínimas de iluminação de faixas de travessia para garantir a visualização dos pedestres a uma distância segura. Depois da CCJ, o projeto vai ao Plenário.

Antes da votação, a CCJ sabatina dois indicados: um para o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM) e outro para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no biênio 2015–2016.

Senado sabatina indicados para embaixadas

Comissão de Relações Exteriores ouviu na quinta-feira os dois diplomatas indicados pelo Poder Executivo para representar o Brasil na Bósnia e Herzegovina e na Austrália

A COMISSÃO DE Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) realiza na quinta-feira sabatina com dois diplomatas indicados para assumir embaixadas do Brasil no exterior. A reunião tem início às 10h.

A indicação de Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira para a embaixada brasileira na Bósnia e Herzegovina tem como relator Raimundo Lira (PMDB-PB).

O relatório da indicação foi lido no último dia 31, quando foi concedida vista coletiva do documento.

Luiz Henrique (PMDB-SC) é o relator da indicação de Manuel Innocencio de Lacerda Santos Júnior, indicado para representar o Brasil na Austrália — e cumulativamente nas Ilhas Salomão, em Papua-Nova Guiné, em Vanuatu, em Fiji e em Nauru.

O relatório foi lido na CRE em 26 de março e também teve pedido de vista coletiva concedido aos senadores.

Gomes Pereira já serviu

em diversas representações diplomáticas do Brasil, entre elas nas embaixadas na Itália, Trinidad e Tobago, Peru e Espanha, tendo sido ainda embaixador na Nova Zelândia, de 2007 a 2008, e cônsul-geral em Roterdã, na Holanda, de 2008 a 2010.

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), a Bósnia e Herzegovina conta com população de cerca de 3,871 milhões de habitantes, dos quais 49% são muçulmanos, 32% são cristãos ortodoxos e 13%, católicos.

Entre as funções desempenhadas por Santos Júnior estão as de conselheiro e encarregado de negócios em Bonn, Alemanha, de 1996 a 1999; cônsul-geral-adjunto em Toronto, no Canadá; encarregado de negócios em missão transitória na embaixada no Congo, em 2005; embaixador em São Tomé e Príncipe, de 2006 a 2009; embaixador na Indonésia, entre 2009 e 2011; e cônsul-geral em Faro, Por-



Aloysio Nunes preside a CRE, onde Luiz Henrique é o relator da indicação de novo embaixador do Brasil na Austrália

tugal, de 2011 até o presente.

A Comunidade da Austrália tem uma população de 23 milhões de habitantes, numa área de 7,7 milhões de quilômetros quadrados, de acordo com o Ministério das Relações Exteriores.

Comissão de Direitos Humanos condena assassinatos no Quênia

O presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), Paulo Paim (PT-RS), divulgou nota no fim de semana

manifestando indignação diante do assassinato de 148 universitários na cidade de Garissa, no Quênia. O ataque,

ocorrido na quinta-feira, foi reivindicado pelo grupo extremista somali Al Shabaab. Veja a íntegra da nota:

Nota de solidariedade

Toda a solidariedade às famílias cristãs vítimas do fundamentalismo no Quênia.

Nesta passagem em que o mundo revive a paixão e morte de Jesus Cristo, manifesto minha indignação pela morte de 148 estudantes universitários cristãos no Quênia, assassinados neste feriado por extremistas, frutos da intolerância religiosa. O mesmo ódio fundamentalista que matou Cristo agora faz novas vítimas, jovens como Jesus o foi. Lamento profundamente e me solidarizo à comunidade cristã mun-

dial por essa perda irreparável da juventude queniana, lamentando o peso das mortes e de genocídios, tanto n'África quanto em qualquer lugar do mundo, apesar da diferença de importância dada pela comunidade internacional aos fatos expostos. Enquanto presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal do Brasil, manifesto nossas condolências e desejo mais amor e paz para o mundo melhor possível.

Paulo Paim, presidente da CDH do Senado Federal

Acir Gurgacz pede pressa para regularizar terra na Amazônia

Acir Gurgacz (PDT-RO) afirmou ontem que os conflitos agrários na Amazônia surgem principalmente pela falta da definição sobre quem é o verdadeiro dono da terra. E isso, segundo o senador, revela a importância do Programa Terra Legal, criado em 2009 para entregar títulos de terra a cerca de 150 mil migrantes posseiros que ocupam terras devolutas.

Ele contou que, nesses seis anos, o programa entregou pouco mais de 10 mil títulos, 6 mil deles em Rondônia, que, segundo o senador, é o estado que mais avançou na regularização fundiária.

Gurgacz pediu mais rapidez ao programa e disse que a integração das políticas de proteção ao meio ambiente e regularização fundiária pode



Waldemir Borreto/Agência Senado

ajudar nesse processo. Segundo ele, duas experiências bem-sucedidas já foram realizadas em Rondônia em setembro passado.

— Precisamos integrar as ações para realizar a regularização fundiária. Para que os agricultores, ao fazer o Cadastro Ambiental Rural, também queimem essas etapas no processo da sua regularização fundiária e possam receber o título definitivo de propriedade com mais rapidez, como também fazer o seu cadastro ambiental rural — enfatizou.

O senador informou que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) fará novo debate, dessa vez com o foco exclusivo na regularização de terras na Amazônia. Ele espera que a audiência seja realizada ainda neste mês.

Fernando Bezerra apoia acordo de biocombustíveis com Austrália

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) comemorou a celebração de acordo sobre produção de biocombustível entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e uma empresa australiana pesquisadora e produtora da variedade azul tequilano, espécie do gênero agave, planta que se assemelha a um abacaxi gigante.

A partir dessa variedade pode-se extrair álcool e biodiesel a um custo mais baixo, disse o senador, lembrando que a cana-de-açúcar, que também produz álcool, requer uso intenso de irrigação.

O senador disse que o objetivo do acordo é o de fazer pesquisas para verificar a adaptação no Brasil do agave, utilizado para fabricação de tequila e que foi introduzido



Waldemir Borreto/Agência Senado

na Austrália a partir de importação de material genético do México.

Na Austrália, essa variedade foi bem adaptada em pesquisas voltadas para produção de etanol e fibra em regiões com condições de solo e clima semelhantes às do semiárido nordestino, acrescentou. Ele lembra que conheceu essa variedade em 2011, quando foi ministro da Integração Nacional e esteve na Austrália. De volta ao Brasil, ele incentivou a Embrapa a pesquisar a planta:

— Darei todo apoio necessário para a realização das pesquisas que visam trazer alternativas inovadoras de produção e renda à população do semiárido brasileiro, permitindo um grande salto na pesquisa — afirmou.

Reunião elegerá hoje Comissão de Controle das Atividades de Inteligência

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) se reúne hoje, às 14h30, para eleger um de seus membros para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI). A eleição é feita mediante voto secreto e o eleito terá um mandato de dois anos, podendo ser reeleito.

A comissão mista tem caráter permanente no Congresso com 12 titulares, sendo seis senadores e seis deputados. Os líderes da Maioria e da Minoria na Câmara e no Senado, assim como os presidentes das Comissões de Relações Ex-

teriores das duas Casas são integrantes da comissão. As lideranças também indicam representantes e as Comissões de Relações Exteriores de ambas as casas elegem os indicados.

A CCAI tem a função de controlar e fiscalizar as atividades de inteligência do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) e da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). O objetivo é assegurar que tais atividades sejam realizadas em conformidade com a Constituição e o ordenamento jurídico nacional, em defesa dos direitos e garantias individuais, do estado e da sociedade.

Contas da Presidência da República são enviadas ao TCU

Chegou ao Congresso ontem a prestação de contas da presidente da República, Dilma Rousseff, referente ao exercício financeiro de 2014. A Mensagem 83/2015 foi lida no Plenário do Senado e encaminhada ao Tribunal de Contas da União (TCU) a fim de receber parecer prévio. O conteúdo da prestação de contas será publicado integralmente em suplemento do *Diário do Senado Federal*.



Tribunal dará parecer prévio sobre contas da presidente Dilma